O Governo Dilma - que merece ser criticado por isso - ficava, às vezes, negociando com toda a base parlamentar. Negociava, inclusive, com as pessoas do PT e do PDT. Ficavam embromando, porque, às vezes, os técnicos têm uma visão pouco política, pouco politizada, e criam dificuldade em relação às emendas. Era apenas isso, mas, quando as emendas eram liberadas, eram amplas, gerais e irrestritas. O problema também era amplo, geral e irrestrito.

Queria só reposicionar a verdade sobre a questão dos auditores fiscais. Não é um gasto. Aumentar o salário dos auditores é um investimento do Estado.

Obrigado. (Manifestação nas galerias.)

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, eu gostaria que restabelecesse meu tempo.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Na verdade, V. Exa. concedeu um aparte ao deputado José Américo.

O SR. ENIO TATTO - PT - Não dei.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deu.

O SR. ENIO TATTO - PT - Não dei aparte. Eu falei que concedia tempo para que falasse para uma Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não, deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - Pode chamar a degravação que V. Exa. vai ver.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Enio Tatto, na verdade, eu deixei muito claro que nós estávamos no processo de discussão e que um comunicado, neste momento, não caberia, porque V. Exa. tem a palavra. Vossa Excelência cedeu a palavra para Sua Excelência.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, eu lutei tanto para chegar aqui e falar por 15 minutos e agora está tirando o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Vou ser tolerante.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, solicito regimentalmente uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Convido os nobres deputados Fernando Cury e Cezinha de Madureira para auxiliarem a Presidência na verificação de presença ora requerida.

* * *

- É iniciada a chamada.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a Presidência constata número regimental de Srs. Deputados e Sras. Deputadas em plenário, pelo que dá por interrompido o processo de verificação de presença e agradece a colaboração dos nobres deputados Cezinha de Madureira e Fernando Cury.

Continua com a palavra o nobre deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, o meu tempo é de 12 minutos e 18 segundos? Vossa Excelência não vai me dar os 15 minutos?

Público que nos assiste, nossos companheiros auditores fiscais, parabéns pela batalha de vocês, pela luta pela PEC nº 05. Vocês têm todo o apoio da bancada do Partido dos Trabalhadores. (Palmas.)

Que bom que o deputado Barros Munhoz tenha voltado para o plenário. Ele está ao telefone. Seria bom esclarecermos ao deputado Barros Munhoz, passarmos algumas informações, assim como o deputado José Américo, que foi vereador, foi presidente da Câmara, passou para ele.

Quero primeiro falar para ele que o orçamento da prefeitura de São Paulo está em torno de 55 bilhões. O orçamento do estado de São Paulo, deputado Barros Munhoz, está em torno de 200 bilhões, um pouco mais. Eu queria corrigi-lo e passar a informação correta, para V. Exa. não vir ao plenário como líder do Governo e dar uma informação errada. O piso do servidor municipal é de 24.100, enquanto que o piso do servidor do estado de São Paulo, do auditor do estado de São Paulo, é de 21.600, se eu não me engano. (Palmas.)

Essa foi a primeira correção. Sabe por quê? Porque V. Exa. tem experiência e tem chão, tem tempo e sabe que não pode vir ao plenário da importância de São Paulo, a plenário nenhum, passar informação errada para tentar confundir as mentes dos deputados. Espero que tenha sido apenas um engano, que não tenha feito propositalmente. (Palmas.)

A segunda coisa que eu queria falar para o deputado Barros Munhoz, líder do Governo, se ele quiser ouvir, é: tenha muito cuidado, também, quando se trata de falar do governo federal. Ainda sobre a prefeitura, cada vereador tem três milhões em emendas, enquanto que aqui era negociado de três a quatro milhões, sendo que lá o orçamento é de 55 e aqui é de 200. O deputado Milton Leite Filho está aqui, o pai dele, vereador Milton Leite, foi relator, diversas vezes, do orçamento, batalhou bastante. Lá paga-se, sim, as emendas. Pode demorar, mas pagam. E pagam para todos os vereadores, tanto da oposição quanto da situação, em governos diferentes, do PT e de outros partidos. Aqui, na Casa, é diferente. Aqui há democracia: não pagam para ninguém. Parece que tanto a oposição quanto a situação possuem a mesma reclamação.

Sobre o governo federal, V. Exa. colocou que o governo Lula e o governo Dilma também tinham emendas. Mesmo quando não era impositivo o Orçamento, também se pagava, deputado Barros Munhoz. Falo isso, porque deputados federais do PT e de outros partidos. Eles recebiam emendas, e víamos as obras no estado de São Paulo.

Portanto, V. Exa. deve tomar muito cuidado quando quiser corrigir ou jogar informação para confundir a cabeça das pessoas. Dizer: "sabe-se lá como o Lula pagava as emendas?". Tome cuidado. Sabe-se lá como o Fernando Henrique conseguiu a reeleição. Sabe-se lá como alteraram até o painel eletrônico para conseguirem a reeleição e o segundo mandato. Isso sim é escândalo.

Tome cuidado, porque estamos vivendo um momento crucial e importante. Vocês, do PSDB, que são arrogantes, devem tomar cuidado, porque o País está nesta situação. A crise começou com a presidente Dilma, mas ela se estendeu, chegando a este momento, em que temos mais de 14 milhões de desempregados.

Em 2014, o candidato que perdeu as eleições não aceitou a derrota, não foi democrático. Ele foi para a Justiça, chegando a falar: "fui à Justiça para encher o saco". Após ele ir à Justiça e fazer um acordo com o presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha, o Congresso começou a ter as pautas-bomba, apoiadas pelos meios de comunicação e por setores da economia deste País. Foi naquele momento que a economia foi despencou, e a grande crise de arrecadação e desemprego começou, assim como a desestruturação de todo o setor econômico deste País.

Isso ocorreu, em um primeiro momento, graças ao acordo do PSDB com o presidente da Câmara, chegando ao golpe, apoiado pelo PSDB, que foi o fiel da balança. O PSDB patrocinou o golpe no País, com os setores empresariais. Essa é a grande verdade. É esse mesmo PSDB que sustenta esse governo. Na pesquisa realizada hoje, esse governo tem dois por cento de aprovação. Oitenta e sete por cento da população brasileira quer eleições diretas.

Hoje, só não há eleições diretas por conta de um único partido. Esse governo golpista do Temer, do PMDB, não cai por conta do PSDB. É o PSDB quem dá sustentação a esse governo. Vindo para o estado de São Paulo, já é sabido que a grande maioria do PSDB é favorável a pular fora desse barco, que já está vazando e que irá afundar. Só não saiu fora por conta de duas personalidades. Isso é sabido por todos.

O PSDB só está apoiando o governo do presidente golpista Temer por conta do governador do estado de São Paulo e do prefeito da cidade de São Paulo. Caso contrário, já teria desembarcado, já teria pulado fora. Quem está segurando esse Governo, que tem 2% de aprovação? É o Governo do Estado de São Paulo e o prefeito da capital de São Paulo. Tomem muito cuidado, quando falarem de Lula, Dilma e Partido dos Trabalhadores. A população já está sabendo, já está percebendo que foi enganada, que foi um engodo, quando colocavam que o problema do País era o PT, era o presidente Lula, era a presidente Dilma.

Agora já estão percebendo. O presidente do PSDB tem dois pedidos de prisão, só não está preso porque é do PSDB. Caso contrário, já estaria na cadeia, tanto que seus auxiliares, ontem, tiveram a liberação, com prisão domiciliar. Os coadjuvantes estavam presos, e o autor não estava preso. Por muito menos, o senador Delcídio do Amaral foi preso, foi para a cadeia. Por muito menos que o presidente do PSDB, Aécio Neves, candidato derrotado e não aceitou a derrota. Está solto ainda. Espero que vá preso, porque não há sentido ele estar fora. Deputado Barros Munhoz, tome muito cuidado.

Sobre a PEC nº 05, quero conversar com vocês. Vocês viram hoje a manobra na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento. Vocês presenciaram. E não pensem que aquilo se deu por acaso. Aquilo se deu por coincidência, que faltou tempo. Não, aquilo se deu por uma manobra, e foi organizada pela base governista e, obviamente, com o acordo do presidente da Casa.

Nós pedimos que fosse dada a palavra para as duas entidades, para vocês e para o pessoal representante do Fórum das Seis. Alertei que o tempo ia terminar, e não haveria tempo para eles falarem, vamos pedir suspensão dos trabalhos. Infelizmente, o presidente não suspendeu.

Na Ordem do Dia, não se votou nada, e sabia-se que não haveria quórum, porque faz um mês que não temos quórum para aprovar o projeto aqui. Era sabido que não teríamos quórum, que teria que ser convocada sessão extraordinária, como aconteceu. Eles garantem 24 aqui, mas não garantem 48 deputados, para a aprovação do projeto. E ele não suspendeu os trabalhos, preferiu abrir a sessão e colocar em votação. Foi derrotado, a sessão foi suspensa, e ficamos até as sete horas da noite, sem trabalho nenhum aqui na Casa.

E vocês não tiveram oportunidade de dialogar, de questionar o secretário da Fazenda, que esteve aqui hoje. Depois de mais de oito meses que ele não vinha à Assembleia para prestar contas da Secretaria da Fazenda.

Cá entre nós, deputado Campos Machado, o secretário é muito simpático, boa gente, mas veio totalmente desinformado. Não respondia a uma pergunta, não tinha um dado na cabeça. Nós falávamos, o deputado Caruso questionou diversas vezes, pediu dados, e o secretário da Fazenda não tem essas informações. É um absurdo.

A luta de vocês, portanto, tem que continuar. Mas, tem que ficar bem claro que a PEC de vocês não é colocada aqui por conta do líder do Governo, porque está obedecendo à orientação do Governo, mas também pelo presidente da Casa.

Eu imaginava que hoje, com vocês presentes, o secretário da Fazenda, depois de um mês que o presidente da Casa informou que pediu o levantamento do impacto financeiro a respeito da PEC de vocês, eu imaginava que ele já tivesse o resultado na mão. Eu imaginava que o secretário da Fazenda viesse à Assembleia, e sabendo que vocês estão aqui todas as semanas, iriam me questionar, vou chegar lá e dar os dados, relatar para a Santa Casa e para vocês também. Infelizmente, ele não tocou no assunto.

Fiquei até em dúvida, se realmente foi feita essa pergunta, esse requerimento dos dados do impacto financeiro, Sr. Presidente. Seria bom até que V. Exa. apresentasse esse pedido, porque já passou um mês. Não é possível que o secretário da Fazenda não tenha esses dados para apresentar para nós. Fiquem firmes na luta, observem todas as bancadas, como vocês estão fazendo, e anotem se tem alguém aqui que vai dobrar o joelho, que vai amarelar na última hora. Vocês podem ter certeza que o deputado Campos Machado não vai dobrar o joelho, os deputados do PSOL não vão dobrar o joelho, do PCdoB não, e muito menos do PT.

Observem, tomem conhecimento e acompanhem se o presidente vai pautar. Se todos os lideres querem que paute, não tem sentido ele não pautar. Que venha esse levantamento - esse questionamento - da Secretaria da Fazenda.

Mas já passou um mês, está na hora de apresentar, não dá mais para esperar. Que paute e coloque para o plenário da Casa - os 94 deputados - decidir a PEC nº 05, o orçamento impositivo e também aquele PLC do Coronel Camilo, para a aposentadoria das policiais militares. Projeto de lei Complementar 04, emenda 7, se não me engano.

São projetos que praticamente têm um consenso nesta Casa, Sr. Presidente Cauê Macris - no qual eu votei. E só não são pautados porque o Governo não quer. É uma interferência do Executivo aqui no Legislativo.

Peço a V. Exa. que apresente os números do impacto financeiro para a Casa e para os nossos companheiros que estão aqui todas as semanas, e paute, para decidirmos, no plenário, no voto. Isso é democracia, isso é transparência, isso é autonomia desta Casa.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma segunda sessão extraordinária, a realizar-se hoje, 10 minutos após o término da primeira sessão extraordinária, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia: Projeto de lei 253 de 2017.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, solicito regimentalmente uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Convido os nobres deputados Marco Vinholi e Maria Lúcia Amary para auxiliarem a Presidência na verificação de presença ora requerida.

* * *

- É iniciada a chamada.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a Presidência constata número regimental de Srs. Deputados e Sras. Deputadas em plenário, pelo que dá por interrompido o processo de verificação de presença e agradece a colaboração dos nobres deputados Marco Vinholi e Maria Lúcia Amary.

Para discutir a favor, tem a palavra a nobre deputada Clélia Gomes pelo tempo regimental.

A SRA. CLÉLIA GOMES - PHS - Sr. Presidente, gostaria de ceder meu tempo ao nobre deputado Campos Machado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, gostaria de fazer alguns reparos. Primeiramente, em nome da verdade, quero dizer que o deputado Barros Munhoz me deu a informação que ele acreditava ser correta. Se ele estava equivocado, não foi por má-fé. Fui falar com ele, e ele me disse um valor. Depois, ele entendeu que estava equivocado. Mas ele não fez isso de má-fé.

Segundo, quero responder ao deputado Enio Tatto. Como V. Exa. atribui ao governador Geraldo Alckmin a responsabilidade de ter influenciado, ou não, o PSDB nessa decisão? Será que agora tudo é culpa do governador Geraldo Alckmin? Se chove, Geraldo é culpado; se não chove, ele é o culpado. E outra coisa, deputado Enio Tatto, não sei por que, mas de vez em quando V. Exa. comete alguns equívocos. Nosso Lula, nossa Dilma, que nunca falei deles aqui, são acusados de todos os crimes que se possa imaginar. Mas a bancada do PT não reconhece que as acusações são bastante fortes. De repente V. Exas. vêm para cá, ignorando todas as acusações feitas aos presidentes Dilma e Lula, e investem apenas contra o senador Aécio Neves. Temos que ter consciência das coisas. Acusação não quer dizer condenação. Como posso afirmar que em relação ao PSDB tudo é aprovado, e em relação ao PT nada é aprovado? Temos de ser coerentes. A bancada do PT tem essa linha, vai defender o Lula e a Dilma até a morte. As acusações existem. Não são acusações frágeis, mas que têm que ser demonstradas. Têm que demonstrar que o senador Aécio Neves também praticou, o presidente Michel Temer também. Não sou PMDB, mas será que ninguém percebeu que essa entrevista do Joesley Batista foi articulada, orientada pelo Ministério Público Federal? Primeiro, ele não tinha autorização para dar entrevista; já tinha delatado. Por que então deu aquela entrevista para a "Época", com fatos que nem na delação constavam, orientado pelo gabinete de Rodrigo Janot? É o janotismo invadindo o estado.

Mas o tempo está esvaindo, e eu queria fazer mais um apelo. Acho que é o quinquagésimo nono apelo que faço ao presidente Cauê. Espero que não chegue ao número 100. Presidente Cauê, basta olhar para as galerias e verificar a ansiedade, a esperança estampada nos olhos de cada fiscal, de cada funcionário da Fazenda. Eles ainda acreditam e têm que continuar acreditando. E nós temos que fazer jus ao que asseguramos e prometemos para eles. Não há mais como postergar a pauta dessa PEC. Aí dizem alguns, "mas de novo, Campos Machado?" Aí digo eu: Voltaire - e todos sabem quem foi Voltaire - dizia que é preciso se repetir sempre até que se corrija aquilo que está errado. Não me importo de dizer que cada vez que venho aqui sou agraciado pelo governador Geraldo Alckmin. Venho aqui porque é meu amigo, ele não faz nada demais. Nada. Eu o considero um irmão. Fui vice dele duas vezes, só tenho um compromisso para presidente com ele, mas é só isso. Não tenho submissão a quem quer que seja. Não tenho. Se assumi um compromisso com a PEC nº 05, vou até o fim, e vou cobrar aqueles que falaram aqui que apoiavam. Quem disse para mim nos corredores, ou seja onde for, que vai votar a favor da PEC nº 05, vai ter que votar. Não estou cobrando ninguém. Estou só dizendo que não é obrigado a falar: se fala, tem que cumprir. É por isso, meu caro presidente Cauê Macris. (Manifestação nas galerias.)

Eu já estou chegando aos 60. Não vamos perder a oportunidade. Ela é única. Não vamos perder a oportunidade. É o momento de mostrarmos que esta Casa tem respeito, sim, pelo Executivo; respeito, sim, pelo Judiciário; mas ela é livre, ela tem que ser independente.

Sr. Presidente, gostaria de pedir a V. Exa. para solicitar ao secretário da Fazenda para, em 48 horas, trazer para cá os números. Ele esconde.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Campos Machado, eu vou pedir desculpa, preservando seus nove minutos para a próxima sessão, mas são 21 horas e 30 minutos e o tempo da sessão acabou.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, havendo acordo de lideranças, solicito que dê por discutido mais 1 hora e 20 minutos, totalizando 4 horas e 30 minutos. Solicito a V. Exa. que cancele a segunda sessão extraordinária para que, então, sejam encerrados os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Fica então acrescentada mais 1 hora e 20 minutos no tempo que já foi discutido.

Quanto tempo já foi discutido esse projeto?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Três horas e vinte. Uma hora e dez. Vai para quatro e meia.

O SR. ENIO TATTO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, obrigado pelo esclarecimento.

Gostaria de comunicar que V. Exa. protocolou o pedido do impacto financeiro no dia 18 de maio, às 13 horas e 13 minutos. Faz mais de um mês, mas foi protocolado. Então, apenas esperamos o resultado dessa consulta.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Estou, também, no aguardo.

Questiono às lideranças se todas estão de acordo para dar por discutidas 4 horas e 30 minutos. Todos estão de acordo?

Esta Presidência desconvoca a próxima sessão ordinária.

Está encerrada a sessão, preservados os nove minutos para o deputado Campos Machado na próxima sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 21 horas e 30 minutos.

* * *

22 DE JUNHO DE 2017
90ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: DOUTOR ULYSSES e GILENO GOMES
Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - DOUTOR ULYSSES
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - PEDRO TOBIAS
Manifesta-se contrário à aprovação da PEC 5/16, que propõe elevar o teto salarial do funcionalismo público do Estado. Considera que a medida beneficiaria apenas uma pequena parcela dos servidores estaduais. Tece considerações acerca das deliberações de projetos nesta Casa.
3 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES
Convoca sessão solene a realizar-se dia 14 de agosto, às 10 horas, para "Outorga do Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo ao Sr. José Camargo", por solicitação do deputado Fernando Capez.
4 - LECI BRANDÃO
Repudia a utilização de gás de pimenta pela Polícia Militar em protesto de estudantes contrários ao fechamento de salas de aula na Capital.
5 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES
Convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas.
6 - JUNIOR APRILLANTI
Para comunicação, informa que no dia 25/06 deve acontecer o Encontro Estadual Fé e Política, em Jundiaí.
7 - WELSON GASPARINI
Manifesta preocupação com questões como a má administração pública e corrupção. Discorre sobre problemas na área da Educação. Elenca reivindicações de profissionais do setor. Defende investimentos nas áreas de Educação, Segurança Pública e Saúde no estado de São Paulo. Destaca a importância de uma reforma política e da eleição de bons representantes pela população.
8 - CORONEL CAMILO
Ressalta a importância do exercício da cidadania na escolha de representantes políticos. Incentiva a participação da população em Conselhos Comunitários de Segurança - Consegs e no programa Vizinhança Solidária. Reivindica ao Governo do Estado investimentos na área de Segurança Pública.
9 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES
Convoca sessão solene a realizar-se dia 25 de agosto, às 20 horas, em "Homenagem aos Trabalhadores da Construção Civil e da Indústria Moveleira do Estado de São Paulo", por solicitação do deputado Luiz Fernando T. Ferreira.
10 - CORONEL TELHADA
Lê relato de seu seguidor em rede social sobre o resgate de um cachorro por policial militar. Mostra foto do policial militar Roberto Pereira Abramovicius, assassinado em Ribeirão Preto. Critica a forma como a imprensa noticia operações policiais, por considerá-la tendenciosa em desfavor da Polícia.
11 - MARCO VINHOLI
Defende investimentos nas Apaes do Estado. Solicita a instalação de Vara Pública da Fazenda, em Catanduva, bem como a manutenção de plantão policial aos finais de semana, em Itápolis. Agradece os investimentos do governador Geraldo Alckmin no estado de São Paulo. Tece elogios à gestão orçamentária do governo estadual.
12 - CARLOS GIANNAZI
Comenta relatório do Tribunal de Contas que aponta série de irregularidades nas contas do Executivo estadual. Cita projetos de lei, de sua autoria, que dispõem sobre o número máximo de alunos em salas de aula. Tece críticas à repressão policial em manifestação de alunos contrários ao fechamento de salas.

GRANDE EXPEDIENTE

13 - MARCO VINHOLI
Pelo art. 82, rebate argumentos do deputado Carlos Giannazi acerca da aprovação das contas do governador Geraldo Alckmin pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Oferece seu apoio à moção, elaborada por autoridades de Cravinhos, visando a manutenção de zona eleitoral do município.
14 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES
Convoca sessão solene a ser realizada no dia 28/08, às 20 horas, em "Comemoração do Dia do Profissional de Educação Física", por solicitação do deputado Itamar Borges.
15 - WELSON GASPARINI
Para comunicação, faz apelo aos parlamentares para que aprovem, celeremente, o PL 57/17 e o PL 253/17, os quais, a seu ver, podem beneficiar diversos municípios, sobretudo os pequenos.
16 - WELSON GASPARINI
Solicita, por acordo de lideranças a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos
17 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES
Defere o pedido e suspende a sessão às 15h40min.
18 - GILENO GOMES
Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h31min.
19 - DELEGADO OLIM
Pelo art. 82, tece considerações acerca de prisões administrativas feitas em Brasília, por agentes federais. Explica que dois policiais civis de São Paulo foram abordados e desarmados enquanto faziam a segurança privada do empresário Joesley Batista. Ressalta que o bico fora legalizado pelo governo estadual para atuação de policiais, no estado. Acrescenta que a categoria aguarda legislação nos mesmos moldes, estendendo a atividade para o âmbito nacional. Sai em defesa dos policiais paulistas presos, destacando a parceria que sempre houve entre as Polícias. Repudia veementemente a ação da Polícia Federal.
ORDEM DO DIA
20 - PRESIDENTE GILENO GOMES
Coloca em votação e declara aprovado requerimento, do deputado Carlos Bezerra Jr., para participar, junto à Organização das Nações Unidas, de dois eventos relacionados à erradicação da escravidão moderna, em Nova York, entre os dias 5 e 13/7.
21 - WELLINGTON MOURA
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
22 - PRESIDENTE GILENO GOMES
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 23/6, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas; e sessão solene de amanhã, às 10 horas, para "Realizar a Cerimônia de Entrega do Prêmio Inezita Barroso - 1ª Edição". Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Doutor Ulysses.

* * *

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-e ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o primeiro orador inscrito para falar no Pequeno Expediente, nobre deputado Pedro Tobias.

O SR. PEDRO TOBIAS - PSDB - Sr. Presidente, deputados presentes, povo que está assistindo em casa, nós não podemos falar toda hora, mas a população que está assistindo em casa precisa raciocinar, precisa analisar. Daqui a pouco o plenário e as galerias ficarão lotados em razão da PEC nº 5, que quer aumentar o teto. O que significa para você que está assistindo na sua casa? Querem desvincular o teto do salário dos funcionários do Estado de São Paulo do salário do governador e vinculá-lo aos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Há 5.000 funcionários no estado que serão abrangidos. Há 800.000 que recebem baixos salários, R$ 1.800,00, R$ 2.000,00, e nessa Casa eu não vejo um só elogio. Lógico, o Campos Machado tem um discurso bonito... Chega. Faz três meses. Esses funcionários deveriam trabalhar. Ficam todos os dias lotando aqui. Eu sou contra se tem voto único. Sociedade, reaja. Eles vão ajudar só os salários dos ricos. Os ricos serão sempre privilegiados.

Outro assunto é que faz um mês que não conseguimos votar nada. Eu não entendo nada. Tem partido que tem secretaria, tem espaço, mais do que nós. Na hora de benefício, secretaria. Na hora de voto, vota contra. Eu não sei. Tanto eles quanto o governador deveriam exigir: "Ou você é governo ou oposição".

Eu acho que se o PT obstruir é direito deles. Essa é a função da oposição. Há gente em secretaria poderosa e eles vêm aqui obstruir e não deixam votar. Hoje, a situação está tão caótica que, ontem, vieram no meu gabinete mais de 10 prefeitos preocupados em aprovar projetos que poderão beneficiar os municípios.